

HG 304 – Teoria do Conhecimento I

Graduação, 1º semestre de 2024

Prof. Silvio Seno Chibeni

Exame final

(12/7/2024)

Observações:

- Consulta permitida somente a material impresso não compartilhado.
- Responda de forma *objetiva*. Em cada resposta, dê a referência exata dos textos relevantes, usando a convenção internacional adotada na disciplina (edições recentes da OUP indicadas no site). Não serão aceitas respostas sem essas referências.
- Seja sucinto, mas não esquemático. Cuide para que cada sentença faça sentido completo e seja compreensível por uma pessoa que não conheça o assunto. Indique o número da questão e os *sub-itens* que está respondendo. Não responda em bloco.

Questões:

1. a) Quais são, segundo a análise de Hume na parte 3 do livro 1 do *Tratado*, as “partes componentes de nossos raciocínios sobre causas e efeitos”? Explique. b) Qual a tese principal sobre a primeira dessas partes, proposta em T 1.3.4?
2. a) Que caracterização de crença que é dada em T 1.3.5.7? b) A que tipo de coisa as crenças aqui definidas se aplicam (ou seja, quais os *objetos* dessas crenças)? c) O que tem isso a ver com o assunto da questão precedente?
3. a) Qual a tese principal sobre o conhecimento de causas e efeitos proposta em T 1.3.6.1? b) Que argumento é ali apresentado para essa tese? c) Como essa mesma tese é defendida na parte 1 da seção 4 da *Investigação*? (Saliente, sobretudo, os pontos novos, que não aparecem no Tratado.)
4. A seção 4 da *Investigação* intitula-se “Dúvidas céticas sobre as operações do entendimento”. a) Localize, na parte 2 dessa seção, as duas dúvidas céticas. Cite as frases relevantes, explicando-as brevemente. b) Por que essas dúvidas seriam “céticas”? Explique o ponto em termos precisos, expondo as razões dadas por Hume.
5. A seção 5 da *Investigação* intitula-se “Solução cética dessas dúvidas”. a) Qual é essa solução (cite frases relevantes e comente-as brevemente). b) Por que essa solução seria “cética”? Justifique sua resposta.

Respostas do professor

1. a) Essas partes são expostas nas seções 4 e 5 da parte 3 do livro 1. Em T 1.3.5.1 está este resumo: “... primeiro, a impressão original. Em segundo lugar, a transição para a ideia da causa ou efeito conectado [a essa impressão]. Em terceiro lugar, a natureza e qualidades dessa ideia”. As três partes são, portanto, o que formalmente poderíamos chamar de o antecedente da inferência, seu conseqüente e a inferência ou raciocínio propriamente dito. b) A tese principal sobre a primeira parte, exposta e defendida em T 1.3.4, é que a *base* da inferência deve ser constituída de “impressões ou ideias de memória, que são equivalente a impressões” (T 1.3.4.1), que Hume interpreta como “estabelecendo a existência dessas causas” (ibid.), ou seja, a inferência causal deve partir de algo reconhecido como real ou existente, caso contrário “o raciocínio inteiro será quimérico e sem fundamento” (T 1.3.4.2).

2. a) “Assim, fica claro que a crença ou assentimento que sempre acompanha a memória e os sentidos nada mais é do que a vividez das percepções que elas apresentam” (T 1.3.5.7). b) A crença aqui definida se aplica aos objetos supostamente representados (numa interpretação realista da percepção) pela impressão ou ideia de memória, ou seja, dada a vividez dessas percepções nós as tomamos como representando coisas que existem independentemente da sua percepção, assim “distinguindo-as da imaginação” (ibid.). c) Ora, como visto na questão precedente, é justamente essa crença na realidade do objeto da impressão ou ideia de memória que constitui o ponto de partida das inferências causais, sem o qual elas seriam inteiramente quiméricas, ou seja, não conduziriam à crença no objeto da ideia inferida.

3. a) A tese é que, a partir unicamente das propriedades perceptíveis de um objeto não é possível inferir seus efeitos ou suas causas: “Não há nenhum objeto que implique a existência de nenhum outro, se os considerarmos em si mesmos, nunca olhando além das ideias que formamos deles” (T 1.3.6.1). b) O argumento é aquele que explora a ligação entre o nível epistêmico e o nível modal: se houvesse essa inferência “ela representaria conhecimento, e implicaria absoluta contradição e impossibilidade de se conceber algo diferente” (ibid.). Mas isso não ocorre, pois “todas as ideias distintas são separáveis” na mente (ibid.). Logo, a dita inferência não representa “conhecimento”, ou seja, não cai sob o domínio da intuição ou demonstração. c) Na seção 4 da *Investigação* esse mesmo argumento é dado no parágrafo 9: “A mente nunca pode encontrar o efeito na suposta causa... pois o efeito é totalmente distinto da causa e conseqüentemente nunca pode ser descoberto nela”. Dá então exemplos de situações em que “considerando a coisa a priori”, como a queda de uma pedra solta no ar, podemos imaginar que ela suba, ou se mova de qualquer outra forma que não para baixo. Mas antes desse parágrafo Hume argumenta a favor de sua tese de maneira informal, pedindo-nos para considerar o caso de pessoas sem nenhuma experiência dos objetos envolvidos, como seria o caso de Adão (parágrafos 6 e 7); ou o caso de objetos muito complexos (7), casos em que

fica clara a nossa incapacidade de saber seus efeitos ou causas sem recorrer à experiência.

4. a) No parágrafo 14 Hume apresenta o roteiro da parte 2, lembrando que a pergunta original, ou seja, “*qual é a natureza de nossos raciocínios sobre questões de fato*” já havia sido respondida: “fundam-se na relação de causa e efeito”. Agora quer saber “*qual é o fundamento de todos os nossos raciocínios e conclusões sobre essa relação?*”. Essa é a primeira dúvida. A segunda é a seguinte: “*Qual é o fundamento de todas as nossas conclusões da experiência?*” b) Essas dúvidas são “céticas” porque, no primeiro caso, Hume mostra que os raciocínios sobre causa e efeito não podem ser fundados nas vias filosóficas tradicionais que garantem certeza, ou conhecimento, no sentido estrito do termo (*episteme, scientia*). O argumento é justamente aquele já dado na resposta 3b, acima. Hume propõe, então, que tais raciocínios só podem fundar-se na experiência – especificamente na experiência da conjunção constante dos objetos considerados causa e efeito (EHU 4.6, 4.14). Chega, assim, à segunda dúvida. A seu turno, esta também não admitirá resposta no escopo da argumentação filosófica clássica, sendo por isso “cética”: Primeiro, não há argumentos demonstrativos que justifiquem a inferência causal, mesmo quando se assume essa experiência da regularidade em casos passados; o argumento é, de novo, o que explora a ligação entre o nível epistemológico e o modal: é perfeitamente possível conceber que o curso da natureza se altere no novo caso em consideração, portanto quem infere a continuidade da conjunção o faz sem apoio de nenhum processo inferencial lógico (intuição ou demonstração; parágrafo 18). Depois, também não há argumentos “prováveis”, ou “sobre questões de fato e existência real” (parágrafo 19), pois tais argumentos se fundam na relação de causa e efeito, que a seu turno assume a continuidade da regularidade passada no novo caso; mas este é justamente o ponto em disputa, de forma que argumentar assim envolveria uma circularidade.

5. a) A solução para a dúvida cética final, ou seja, a segunda dúvida enumerada na questão precedente, é que as inferências causais se fundam no *costume* ou *hábito*: “Se a mente não estiver guiada por argumentos para fazer esse passo [a inferência causal], terá de ser induzida por algum outro princípio de igual peso e autoridade. [...] Esse princípio é o *COSTUME* ou *HÁBITO*” (EHU 5.2 e 5.5). b) Essa solução é cética porque o “princípio” do hábito está fora da esfera do entendimento classicamente considerado (razão e experiência; parágrafo 8); nesse âmbito, a dúvida é, de fato, insolúvel.